

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.624 - SP (2019/0282565-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **RICARDO FERREIRA ROCHA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **RICARDO FERREIRA ROCHA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado de próprio punho por RICARDO FERREIRA ROCHA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Pugna, ao que tudo indica, pela sua absolvição em razão da suposta ausência de provas acerca da autoria delitiva.

Prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 28/70), foi colhida a manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (e-STJ fls. 74/75).

Com vista dos autos, opinou o Ministério Público Federal "pelo não conhecimento do *habeas corpus*" (e-STJ fls. 80/83). Eis a ementa do parecer:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO AO USO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO, POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO INCABÍVEL NA VIA PROCESSUAL ELEITA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.

É o relatório. **Decido.**

Como bem ressaltou o *Parquet* Federal, não há como se examinar, na via exígua do *writ*, a alegação da defesa acerca de ausência de provas da autoria delitiva do tráfico de drogas, notadamente quando as instâncias

Superior Tribunal de Justiça

ordinárias concluíram de forma diversa, pois no *habeas corpus* não se permite o exame aprofundado de fatos e provas.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO TENTADO. RECONHECIMENTO PESSOAL. RATIFICAÇÃO EM JUÍZO. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CABÍVEL NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

3. No julgamento do *habeas corpus* não se pode analisar a argüida ausência de provas da materialidade e autoria do crime para efeito da absolvição do Paciente, como se fosse um segundo recurso de apelação. Descabida na via eleita ampla dilação probatória.

4. Ordem *habeas corpus* denegada. (HC n.º 225.586/MG, Relatora a Ministra Laurita Vaz, DJe de 2/10/2013).

HABEAS CORPUS. ART. 158, § 1.º, DO CÓDIGO PENAL. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. VIA INADEQUADA. (3) PENA-BASE. ACRÉSCIMO. MOTIVADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. (4) PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REPRIMENDA FINAL EM PATAMAR SUPERIOR A QUATRO ANOS. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. REGIME INICIAL FECHADO. ADEQUAÇÃO. (5) WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O mandamus se presta a sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção. Não cabe nesta via estreita do writ revolvimento fático-probatório a ensejar a absolvição do paciente. (Precedentes).

[...]

5. *Habeas corpus* não conhecido. (HC n.º 222.001/DF, Relatora a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 25/09/2013).

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, não se trata de uma simples "reavaliação das provas", mas, sim, de uma análise minuciosa de todo o acervo probatório para reexaminar a autoria delitiva do crime de tráfico de drogas, o que inviável na sede mandamental.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 34, XVIII e XX, do RISTJ).

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

